

# Economia Brasil A cultura da fantasia

PEGGY BEÇAK

Entoar simplesmente o hino da modernidade e eficiência não assegura, por si só, a existência de um cenário em que as empresas possam atuar competitivamente. A premissa é uma mudança na mentalidade empresarial e governamental, ajustada à realidade de um "mercado nu", sem a prática protecionista.

A educação brasileira tem-se conduzido erroneamente. Ao invés de punir o sonegador e aquele que se conduz de forma irregular, iguala este à maioria e premia alguns poucos que sobressaem. Os ganhos são sempre ponderados em termos nominais e não reais, o que também é um erro. A ocorrência do primeiro não assegura a existência do segundo.

O parque industrial brasileiro está obsoleto, as linhas de produção são as mesmas de décadas passadas. Os níveis de produção têm registrado sensíveis quedas — 17% em relação a 1990. As políticas de juros altos adotadas por muito tempo como instrumento de contenção da demanda acabaram viciando os setores produtivos aos ganhos especulativos, subsídios e incentivos. O empresariado deixou de se endividar, alavancando capital na expansão de seus negócios. Se de um lado isso foi positivo por eliminar possíveis problemas de solvência, de outro lado foi negativo por não projetar a ambição pelo crescimento econômico.

Há obviamente um grande potencial de mercado no Brasil, devido ao aumento populacional em torno de 13,08% e à falta de similaridade na produção interna de alguns produtos. Estas são as razões que explicam o interesse dos investimentos externos. Entretanto, essa potencial demanda se esteriliza com a falta de recursos que consolidam o desejo de consumo: a renda per capita hoje é 12% inferior a de 1985. O poder de compra do mercado interno está esgotado.

Por essa mesma razão, as medidas de abertura da economia e redução gradativa das tarifas de importação pouco resultado capitali-



JUN 1991

PAULO DE SÁ  
ESTADO DE SÃO PAULO

zarão no curto e médio prazos sem que haja um suporte de previsibilidade da política econômica e uma liquidez em níveis condizentes com a dinâmica exigida pelo mercado, tornando viáveis projetos de controle de qualidade, racionalização da produção, administração de estoques, investimento em tecnologia e treinamento.

Com exceção do setor agrícola, que ainda consegue um desempenho melhor por ligar-se à própria subsistência da sociedade, os demais setores não têm conseguido resultados favoráveis, além daquele mínimo que lhes garanta a permanência no mercado. A dificuldade se verifica na adequação dos dois lados do processo produtivo: a composição dos custos e o escoamento da produção. Na composição dos custos, que representa um dos lados da balança, a folha de pagamento constitui algo como 50%, incluindo salário mais benefícios sociais espontâneos e legais.

A desindexação desarticulou a economia e o próprio governo, atolido na armadilha da correção monetária, criou a TR e a TRD. A política de trade-off e de ajustamento tem levado várias empresas à alteração das estratégias de administração. A dispensa de pessoal e o fim das liberalidades concedidas a título de benefícios espontâneos têm sido as práticas adotadas.

Os empregados, por seu turno, contabilizando perdas reais de salário e cortes de benefícios, se apóiam na unificação da data-base e na livre negociação salarial para reivindicar abonos, reposição de perdas passadas e antecipações, mas esquecem que, para uma negociação se concretizar em acordo, ela passa pelo entendimento de que os dois lados do processo têm de estar em equilíbrio — as concessões estão atreladas aos níveis produtivos e ao seu escoamento.

Não é possível chegarmos à eficiência sem encurtarmos a distância entre governo, iniciativa privada e trabalhadores. O denominador comum passa pelo entendimento das leis de mercado e pelo engajamento de todos no processo produtivo, abandonando a defesa de posições setoriais.

□ Peggy Beçak, economista e administradora, é pesquisadora do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.